

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DOS GOVERNOS LULA (O BNDES)¹

Angelita Matos Souza²

Resumo

O artigo está dividido em duas partes: na 1ª traçamos um panorama breve do debate em torno da política de incentivo à conglomeração empresarial, com foco na atuação do BNDES sob os governos do PT. Em seguida, abordaremos o expansionismo brasileiro na América do Sul, o papel do BNDES no financiamento de obras de infraestrutura e a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA/COSIPLAN).

Palavras-chave: BNDES, campeões nacionais, expansionismo, integração regional.

Abstract

The present article has two sections: in the first we shall outline a brief overview about politics of incentive to the enterprise conglomeration, with focus in the role of the BNDES in the governments of the PT. In the second section, we would like to reflect about the Brazilian expansionism in South America, the role of BNDES in the financing of investment in infrastructure and the initiative for the Integration of the Regional Infrastructure of South America (IIRSA/COSIPLAN).

Keywords: BNDES, national champions, expansionism, regional integration.

1. O BNDES e a política de incentivo aos campeões nacionais³

Quando se analisa o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil é comum se buscar explicações sobre o porquê da incapacidade de se alcançar padrões mais elevados de modernização, a exemplo de outras experiências de capitalismo atrasados – por exemplo, EUA e Alemanha – ou mais apropriadamente de capitalismo tardios – Coréia do Sul em especial. Todavia, surpreendente é que o país tenha conseguido construir o parque industrial mais integrado e avançado da

1. Professora de História Econômica e Sociologia no curso de Geografia da Unesp de Rio Claro, DEPLAN/IGCE (angelitams@uol.com.br)

2. As empresas mencionadas neste tópico são do setor privado, daí as ausências de estatais apoiadas pelo BNDES nos governos Lula.

região, tendo em vista o atraso do processo de industrialização (fundamentalmente, na 2ª metade do século XX), sob o signo da dependência externa e herança cultural de séculos de escravidão manifesta na desvalorização do trabalho e tantas outras dificuldades no que diz respeito à estrutura de valores que caracteriza a sociedade brasileira, entre elas o conservadorismo político bloqueando reformas estruturais como a agrária e tributária.

Não obstante, em meio século, de 1930 ao início dos anos 1980, e, especialmente a partir dos anos 1950, uma economia urbana e moderna foi construída, reproduzindo padrões de produção, circulação e consumo próximos aos dos países desenvolvidos. Como escreveram João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, fabricávamos quase tudo:

O aço, até aços especiais, na Companhia Siderúrgica Nacional, na Cosipa, na Usiminas, na Acesita, em Tubarão etc. Saíam da Petrobras e de suas subsidiárias, da indústria petroquímica, o petróleo e seus derivados, a gasolina, o óleo diesel, o óleo combustível, o asfalto, o plástico, o detergente, vários outros materiais de limpeza, os produtos que permitem a fibra sintética etc. A engenharia brasileira erguera hidroelétricas gigantescas, equipadas com geradores e turbinas nacionais, de Furnas, Três Marias e Urubupungá até Itaipu. A indústria do alumínio era uma realidade, a do cimento, a do vidro e a do papel cresceram e se modernizaram; as indústrias tradicionais, de alimentos, a têxtil, de confecções, calçados, bebidas, moveis, também. A indústria farmacêutica e a de produtos de beleza deram um salto extraordinário. Desenhamos um sistema rodoviário que cortava o Brasil de ponta a ponta, com algumas estradas de padrão internacional (...). Produzíamos automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, tratores. Dispúnhamos, também, de todas as maravilhas eletrodomésticas (...). Fomos capazes de construir centrais telefônicas, amparando a relativa difusão desse meio de comunicação. Os estaleiros, especialmente os do Rio de Janeiro, produziam navios de carga gigantescos. Chegamos até à fabricação de aviões, o Bandeirante e o Tucano, na Embraer de São José dos Campos. (MELLO e NOVAIS, 1998: 562)

Criado nos anos 1950, com o objetivo de prover financiamentos à modernização da infraestrutura nacional necessária à industrialização do Brasil, o papel do BNDE (o S seria acrescentado nos anos 1980) neste processo foi fundamental. A instituição-chave na elaboração, gerenciamento e financiamento do Plano de Metas (1956/61), durante o governo Juscelino Kubitschek (DIAS, 1996); e, na década de 1970, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no governo Ernesto Geisel, plano que serviu à conclusão do processo de industrialização por

substituição de importação⁴. Na década de 1980, conhecida como “década perdida” devido à crise da dívida, houve queda nos investimentos estatais acompanhada da retração dos investimentos privados e redução do papel “desenvolvimentista” do BNDES, com o banco servindo mais ao “socorro” de empresas em dificuldades financeiras. Nos anos 1990, o banco recuperaria sua posição de instituição-chave da política econômica do governo federal, agora dando suporte técnico/administrativo e financeiro às privatizações de empresas públicas, inclusive com participações em consórcios de compradores.

Sob os governos Lula, sobretudo no 2º mandato, a atuação do banco esteve norteada pelo objetivo de acelerar o processo de conglomeração da economia por meio da política de incentivo aos campeões nacionais. E a atuação do BNDES nesta direção tem sido motivo de muita controversa nos últimos anos: além do diferencial entre os juros pagos pelo Tesouro e os praticados pelo BNDES, analistas diversos apontam para prejuízos à “livre competição” e ao desenvolvimento do mercado de capitais, à falta de transparência e do planejamento adequado na atuação do banco, privilegiando poucas empresas atuantes em setores de baixa inovação e valor agregado; também são criticados financiamentos às aquisições/fusões pouco produtivas do ponto de vista do desenvolvimento, especialmente quanto aos ganhos sociais e em inovação científico-tecnológica, sem falar na desconfiança quanto à capacidade do Estado para manter em mãos nacionais empresas capitalizadas com recursos públicos.

O economista do IPEA, Mansueto Almeida, em entrevista recente ao IBASE defendeu que o papel de um banco público de desenvolvimento não deve ser semelhante ao de um banco de investimento privado, financiando projetos de retorno individual elevado, em setores nos quais as empresas são competitivas e, portanto, poderiam levantar recursos no mercado privado sem a ajuda do BNDES, como seria o caso das grandes empresas ligadas à produção de commodities agrícolas e

3. Todavia, como escreveram Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Sérgio G. Almeida (2012), em “A importância da Indústria”: “Concentrados na expansão dos setores pesados, os investimentos do II PND em meados dos anos 70 deram impulso a um novo ciclo de exportação de manufaturados de tecnologia madura e de substituição de importações. No entanto, a estratégia escolhida não só provocou a crise da dívida do início dos anos 80, como descuroou da incorporação dos setores da chamada Terceira Revolução Industrial, como a eletrônica de consumo, componentes eletrônicos, informatização dos processos produtivos, novos materiais e química fina. A crise da dívida externa e as políticas liberais que se seguiram à estabilização dos anos 90 encerraram uma longa trajetória de crescimento industrial e criaram as bases para o retrocesso da indústria de transformação”.

minerais. Ademais, para o economista, o objetivo da criação de empresas grandes e aumento das exportações não justificaria o financiamento de algumas operações de fusões/aquisições, na medida em que os ganhos sociais não são evidentes. Para Almeida, o foco deveria ser:

(...) o financiamento a projetos de elevado retorno social ou até mesmo investimentos em setores de maior risco por se tratar de investimento em tecnologias novas. Claramente, financiar uma grande empresa para que ela faça mais do mesmo não deve ser uma atuação prioritária do banco. (...) Empresas que invistam no desenvolvimento de novas tecnologias como, por exemplo, o desenvolvimento de tecnologias limpas; empresas envolvidas em projetos de infraestrutura como na construção de um metrô, obras de saneamento, etc. É preciso entender que, em muitos casos, uma atuação do banco mais voltada para o financiamento de infraestrutura e investimentos de risco pode até diminuir a rentabilidade do banco. Mas o queremos de um banco de desenvolvimento? Uma atuação mais pró-ativa no desenvolvimento de novas tecnologias e no financiamento de obras de infraestrutura importantes para o desenvolvimento ou o financiamento de projetos de maior retorno individual como faz um banco privado? (ALMEIDA, 2012)

Em geral, os que criticam a atuação do banco (entre reformistas/desenvolvimentistas) não são absolutamente contrários à política de incentivo aos campeões nacionais. O economista Carlos Lessa, por exemplo, embora crítico de algumas escolhas (como a de frigoríficos), defende incentivos à Embraer e as operações de fusões que resultaram na Fibria e na Brasil Foods, pois interessaria ao país ter grandes empresas em mãos nacionais. No entanto, conforme declarou à revista *Piauí*, em matéria sobre Luciano Coutinho, o Brasil estaria voltando a ser um país exportador de commodities, como na Velha República: “Isso acontece porque não existe um projeto de desenvolvimento para o Brasil. O negócio do BNDES hoje é emprestar a quem pede.” O economista Antônio Barros de Castro fez objeções semelhantes: “A impressão é que há muito dinheiro para emprestar, mas faltam projetos. Não há um planejamento que nos permita pensar que o Brasil dará um grande salto industrial.” Na mesma matéria, analistas do IBASE (que criou a Plataforma BNDES) teriam afirmado que, com a crise financeira mundial, o banco “só fez aprofundar o padrão de valorização das commodities, via o patrocínio de fusões e aquisições como a da Bertin pelo JBS, a da Brasil Telecom pela Oi, a da Sadia pela Perdigão e a da Aracruz pela Votorantim”, numa dinâmica ditada pelas demandas de grandes grupos empresariais locais. (*Piauí*, out. 2010)

Para piorar, na falta de planejamento sobraría política (ou “politicagem”). Os pesquisadores Sérgio Lazzarini (Insper), Aldo Musacchio (Harvard), Rodrigo Bandeira-de-Melo (FGV) e Rosilene Marcon (Univali), em investigação recente, concluíram que as empresas que elegem mais representantes políticos têm probabilidade maior de obter recursos do BNDES. Os pesquisadores teriam inclusive alcançado um cálculo à conexão: para cada deputado, governador, senador e até presidente da República eleito com seu apoio, uma empresa receberia em média US\$ 28 milhões na forma de empréstimos e/ou financiamentos a projetos de infraestrutura dos quais participarem. Conforme Lazzarini, eles montaram uma base de dados com 289 empresas de capital aberto e, por meio do mapeamento das eleições de 2002 e 2006, identificaram os candidatos e contribuições para campanhas, quantos se elegeram e quantos não foram eleitos. Depois cruzaram esses dados com os financiamentos liberados pelo BNDES às empresas doadoras e, assim, teriam conseguido conectar as empresas que receberam recursos do banco aos candidatos eleitos, chegando a média acima⁵. (*O Estado de São Paulo*, 11/12/2011).

Também para Lazzarini, a política de criar os campeões nacionais estaria equivocada nas escolhas, pois as grandes empresas “poderiam se financiar sozinhas, captar recursos privados sem o apoio do governo”. Para ele, não se pode equiparar o banco a “um hospital de empresa que distribui recursos indiscriminadamente”, ao contrário, a instituição tem apoiado as melhores empresas do país, com bons resultados, porém, diz Lazzarini, da ótica do desenvolvimento não seria o mais produtivo, pois o banco talvez esteja deixando de alocar recursos em áreas mais prioritárias (como saneamento básico, educação e infraestrutura) ou deixando de emprestar para o pequeno empresário do ramo de tecnologia. E questiona o apoio ao setor frigorífico, no lugar de patrocinar “(...) fusões e aquisições no Brasil e no exterior, com efeitos duvidosos, não teria sido melhor investir em grupo de empresários envolvidos com a alta tecnologia genética bovina? Essa seria uma escolha que agregaria mais tecnologia ao País”. (Idem)

Uma crítica frequente à atuação do BNDES diz respeito à transferência de recursos à formação de empresas campeãs quando o país apresenta tantas carências infraestruturais e sociais a serem superadas. E mesmo em se

4. Ninguém discordaria da existência de “lógica política” por trás das escolhas do Banco, mas achamos curioso o cálculo dos pesquisadores.

considerando a política de incentivo à conglomeração econômica como política “desenvolvimentista”, as escolhas do BNDES seriam questionáveis. Neste sentido, de um lado, é condenado o apoio do Banco ao grupo de empresas fortes e consolidadas, geralmente atuantes em setores ligados às exportações de commodities e/ou construção civil - Vale, Votorantim, Gerdau, Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez. Estas empresas, dizem os críticos, poderiam se financiar no mercado privado sem ajuda do BNDES, cuja participação estaria pautada pela expectativa do lucro, como qualquer banco privado, o que não deveria ser o foco de um banco de desenvolvimento público. De outro, é criticado o apoio a um grupo de empresas cuja existência e/ou fortalecimento/expansão estão relacionadas às conexões com o BNDES - JBS/Friboi, Marfrig, Brasil Foods, Fibria, Oi (as duas últimas em por parcerias do banco com empresas do 1º grupo), em escolhas que teriam se mostrado pouco lucrativas, também em setores ligados fundamentalmente às commodities.

Sobre este 2º grupo de empresas, matéria do jornal *O Globo* apontou para resultados ruins:

(...) Com a ajuda do BNDES, Marfrig e JBS conseguiram adquirir ativos no exterior em ritmo acelerado. Resultado: estão superendividados, em R\$21,5 bilhões, sendo obrigados a fechar fábricas e demitir funcionários para ajustar as operações. (...) O Marfrig, por exemplo, registrou prejuízo de R\$540 milhões no terceiro trimestre deste ano [2011], valor 687,2% maior em relação ao mesmo período de 2010. (...) O JBS, que teve prejuízo de R\$67,5 milhões no mesmo período - depois das perdas de R\$180,8 milhões no terceiro trimestre de 2010 -, só vê o endividamento aumentar: subiu de R\$12,164 bilhões em junho para R\$13,654 bi em setembro.

A Oi é outro exemplo de empresa que aumentou de tamanho ao comprar a BrT com o empurrão do BNDES, em 2008. A empresa, que luta para cortar custos, não conseguiu avançar com força no mercado internacional - um dos principais objetivos anunciados na ocasião em que a supertele nacional foi criada. Hoje, o grupo criou apenas subsidiária na Colômbia e no Paraguai. No terceiro trimestre do ano, viu seu lucro cair 20%, para R\$426 milhões.

(...) A BRF Brasil Foods (resultado da união de Sadia e Perdigão), por exemplo, viu suas exportações no ano de carne *in natura* caírem 5%, e as de carne processada, 11%. (...) Resultado da compra da Aracruz Celulose pela Votorantim, a Fibria, por sua vez, amarga perda de 50% no seu valor de mercado na Bovespa este ano (a Bolsa caiu 19%). (O

O apoio aos frigoríficos é o que gera maior controvérsia, especialmente no caso do JBS/Friboi, o grupo mais internacionalizado do país, com 60% dos empregos gerados no exterior, segundo Ranking 2011 da Fundação Dom Cabral, tendo o BNDES como sócio (participação acionária em torno de 30% na empresa) e financiador da sua expansão. A empresa era pouco conhecida até a “parceria” com o banco, entre as mais polêmicas sob a presidência de Coutinho, sobretudo porque o ramo de atuação principal do grupo é o de carnes – as demais atuações são ainda pouco relevantes: produtos de higiene/limpeza (marca Flora); negócios no segmento de couro, colágeno e lácteo (Vigor) e no setor de varejo bancário. No ano passado, o BNDES aprovou financiamentos à diversificação mais ambiciosa, rumo ao setor de papel/celulose, o que não teria chegado a surpreender o mercado, mas teria causado estranheza o momento pouco oportuno, com o anúncio pela Suzano Papel e Celulose do adiamento na construção de duas fábricas programadas, na “mesma semana em que os Batista comemoravam a liberação do dinheiro do BNDES” (*Isto é Dinheiro*, 10/06/2011).

Conforme matéria do *Valor Econômico*, resumidamente a trajetória de apoio do BNDES ao grupo seria a seguinte:

[Em 2007] o banco desembolsou R\$ 1,13 bilhão na compra de ações da JBS, ao preço de R\$ 8,15 por ação. (...) Em 2008, poucos meses antes do estouro da crise financeira nos Estados Unidos, o BNDES colocou mais R\$ 988 milhões na JBS (por meio de compras diretas e do fundo de investimento PROT), ao preço de R\$ 7,07 por ação.

Contudo, a maior “tacada” do BNDES em 2008 foi a compra de uma participação de 27,1% no capital do Bertin, pela qual desembolsou a bagatela de R\$ 2,5 bilhões. O objetivo era reforçar o caixa da empresa, que havia feito uma série de aquisições, e dar sustentação ao seu processo de internacionalização.

O plano fez água em poucos meses. Assolado pela crise, o Bertin, que tinha o capital fechado, encerrou 2008 com um prejuízo de R\$ 681 milhões e dívidas de R\$ 5,5 bilhões. A solução do BNDES para evitar o que poderia ser um dos maiores fiascos de sua história foi estimular a JBS a incorporar o Bertin, em setembro de 2009. Nesse processo, o BNDES recebeu 250,2 milhões de ações da JBS pela fatia que detinha no Bertin. A JBS não atribuiu um valor nominal a esses papéis. Mas, dividindo-se o valor investido no Bertin pelo número de ações da JBS recebidas, é como se o BNDES tivesse desembolsado R\$ 9,99 por cada uma delas.

Em troca dessa ajuda, o BNDES aceitou subscrever o equivalente a R\$ 3,5 bilhões em debêntures para apoiar a compra da americana Pilgrim's Pride, segunda maior processadora de aves do mundo, então em recuperação judicial. Esses títulos seriam conversíveis em papéis da JBS USA, que planejava fazer uma oferta de ações nos EUA. O IPO não

aconteceu, e as debêntures foram convertidas em ações da própria JBS, em julho de 2011, ao preço de R\$ 7,04 por ação. Com isso, a participação do BNDES saltou de 18% para 31,4%. (*Valor Econômico*, 20/07/2012)

Outro Batista que gera polêmica é Eike Batista, além de às conexões com o banco, seu enriquecimento nos últimos anos está diretamente relacionado ao pré-sal. Em entrevista recente, Ildo Sauer (2011) afirmou que o leilão de áreas de risco da franja do pré-sal foi: “O ato mais entreguista da história brasileira (...). Pior, foi dos processos de acumulação primitiva mais extraordinários da história do capitalismo mundial. Alguém sai do nada e em três anos tem uma fortuna de bilhões de dólares”. Na mesma linha, declarou Carlos Lessa:

A política de outorga de lotes nas reservas brasileiras, e principalmente concessões no pré-sal, é para o Brasil um erro estratégico. Sei que durante o governo Lula e no atual o Brasil conseguiu colocar um brasileiro no 6º (ou 8º) lugar na lista de maiores fortunas mundiais. O interessante é que esse salto aconteceu sem a produção de nada, apenas metamorfoses patrimoniais consagradas pela valorização de ações do empreendedor vendidas a capitais internacionais. Faz um estranho contraponto com a correta elevação do poder de compra do salário mínimo real colocar uma fortuna brasileira baseada em valorização de lotes de petróleo no pódio dos grandes patrimônios individuais. Façamos votos para que no futuro não tenhamos que enfrentar a maldição de país primário-exportador de petróleo. Ainda é tempo para não expor a soberania de um país que, no Atlântico Sul, pode vir a ser "dono" da terceira maior reserva mundial de petróleo. Há enorme risco geopolítico nessa matéria. (LESSA, 2012)

No 1º ano do governo Dilma, arrefeceram os financiamentos às aquisições/fusões entre empresas, especialmente após o episódio em torno da fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour. Conforme Sérgio Lazzarinni, devido à reação ruim da opinião pública ao episódio, o governo não estaria mais patrocinando grandes fusões e aquisições, como as que foram feitas na gestão Lula, embora na opinião dele a presidenta seja “conivente e receptiva à ideia de que o Estado deve liderar a criação de empresas líderes mundiais nos seus setores”, teria recuado apenas por ser mais “sensível à crítica da opinião pública” e “mais cautelosa que seu antecessor”. Para Lazzarini, é provável que haja apenas ações mais pontuais e dispersas: “O BNDES e os fundos podem ajudar o empresário Eike Batista a

construir a fábrica de iPads, por exemplo. Mas o auxílio para fusões e aquisições polêmicas deve desaparecer do noticiário por um tempo” (*Época*, 12/12/2011).

Neste contexto, a participação do banco na infraestrutura teria aumentado por determinação da presidenta Dilma Rousseff:

A mudança já foi sentida no ano passado, quando os desembolsos para a indústria caíram 19% e o volume alocado para a infraestrutura aumentou 7%. A fatia da infraestrutura cresceu para 40% do total, chegando a um volume de R\$ 56,1 bilhões. Em 2012, o setor de infraestrutura deve abocanhar uma proporção ainda maior do orçamento do BNDES. Somente nos setores de energia e transportes, os investimentos devem crescer 25%, para R\$ 23,4 bilhões. No ano passado, 155 projetos receberam R\$ 18,7 bilhões. (*Isto é Dinheiro*, 10/02/2012).

Seja como for, nas inúmeras manifestações de representantes do governo (ou simpatizantes) em favor do incentivo aos “campeões nacionais”, frequentemente, a experiência sul-coreana é evocada como inspiração⁶. Voltado às exportações, o “modelo sul-coreano” resultou na formação de conglomerados industriais internacionalizados - os *chaebols* - que, da produção industrial mais simples nos anos 60, passaram à indústria pesada e química nos anos 70 e, a partir dos 80, ao setor eletrônico e de telecomunicações. Um processo de industrialização tardia marcado pelo comando forte do Estado, premiando/selecionando setores considerados prioritários e que contou com a estatização do sistema bancário (em 1961), associação do capital estrangeiro às empresas locais (*joint-ventures*), reforma agrária, investimentos maciços em educação de qualidade e no desenvolvimento científico-tecnológico, além do decisivo apoio dos EUA no contexto da guerra-fria. Eis o conjunto que explica o sucesso do país asiático.

Na 1ª metade dos anos 80, bancos seriam reprivatizados e o controle acionário assumido pelos grupos maiores, sendo possível que caminhassem para a formação do capital financeiro moderno, não fosse o país atropelado pela crise financeira de 1997/98. Em parte devido ao próprio sucesso dos *chaebols*, que, cada

5. Sobre a fusão Pão de Açúcar/Carrefour o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou: “Estou bem convicto da relevância e da necessidade desse tipo de investimento. (...) Todas as grandes economias em desenvolvimento têm suas grandes multinacionais. Os Estados Unidos formaram as suas nos anos 50; os países mais ricos da Europa, na década de 60; o Japão, nos anos 70; e a Coreia do Sul, nos 80. Para a China e a Índia, o mesmo ocorre desde os anos 90. De modo que no Brasil esse fenômeno é até tardio. É justamente esse processo que estamos tentando acelerar” (*Veja*, 24/07/2011). Ver também Luiz Gonzaga Belluzzo, A Ásia do sucesso à crise de 1997 (*Valor Econômico*, 07/02/2012).

vez mais fortalecidos vão escapando ao controle do Estado e abrindo espaço às reformas neoliberais dos anos 90, em meio à ideologia da ineficiência estatal. O enfraquecimento da autonomia estatal e consequente liberalização desordenada da economia são cruciais na compreensão das razões da crise ter atingido a Coréia do Sul⁷.

Já a recuperação rápida, em larga escala, está relacionada à associação com a China, que não elimina a concorrência internacional entre os dois países, sendo que o hiato tecnológico vem se reduzindo em benefício do produto chinês. Ou seja, as relações entre os dois países são contraditórias e é provável que avance a dependência e vulnerabilidade econômica face à China. Por certo uma tendência mundial, produzida pela forma nacional-estatal de desenvolvimento chinês, que logrou escapar às relações de dependência tradicionais para com as potências capitalistas. Numa palavra, a China não se enquadra no modelo dependente-associado de desenvolvimento, que, até hoje, não elevou nenhum país à condição de potência econômica, sequer sua experiência de maior sucesso, a Coréia do Sul.

No Brasil, onde a autonomia do Estado face ao empresariado segue duvidosa e a desigualdade social alta, a política de incentivo à conglomeração empresarial dos governos do PT é, no mínimo, questionável como política de desenvolvimento. Até porque, menos que orientada por um plano estratégico de longo prazo, articulado ao projeto de integração sul-americano, a transferência de recursos públicos às empresas privadas parece resumir-se ao aproveitamento de oportunidades abertas pela economia mundial (às commodities), passando pelas relações locais entre empresários e governo federal. Sendo arriscada a aposta em setores nos quais o país seria mais competitivo, apesar da conjuntura favorável às exportações de commodities. Sem falar na desconfiança quanto à capacidade do Estado brasileiro para manter em mãos nacionais empresas capitalizadas com recursos públicos. A empresa VALE, por exemplo, quase teria sido desnacionalizada, não fosse intervenção de Carlos Lessa à época em que presidia o BNDES, segundo declaração do próprio Lessa:

A Vale do Rio Doce colocara um lote de ações à venda e Lessa comunicou a Furlan que o BNDES exerceria seu direito de comprá-las. Furlan avisou sua intenção ao presidente da Vale, Roger Agnelli, que se

6. Ver Peter Evans (1998) e Vivek Chibber (2005).

adiantou e vendeu as ações para os sócios japoneses da empresa. No segundo lote de ações colocado à venda, Lessa manteve silêncio. “Estava tudo combinado para que os japoneses comprassem mais essas ações, mas um estudo do banco indicou uma alternativa melhor”, contou Lessa. “Vendi as ações que tínhamos da Votorantim, e, com o dinheiro, fomos lá e pagamos 500 milhões de dólares pelas ações da Vale. O Furlan, quando soube, queria me matar. Mas eu não podia deixar que as decisões sobre o patrimônio dos brasileiros fossem parar nas mãos dos japoneses.”

Ao saber da operação, Lula, que estava no exterior, ligou para Lessa. “A imprensa está me perguntando se nós estamos reestatizando a Vale”, disse-lhe Lula. “Eu expliquei que não, que o banco estava apenas exercendo sua preferência de compra (...)” Dias depois, numa reunião em Brasília, Mantega e Furlan reclamaram da forma como o negócio tinha sido feito – de maneira autocrática, sem discussão nem comunicação aos ministros. “Se eu comunicasse, eles iam me passar para trás”, explicou Lessa. (*Piauí*, 2010)

Por fim, a política de incentivo à conglomeração econômica combinada à ampliação de políticas distributivas deve ter sido o possível nos governos Lula (pela via da contemporização), servindo à harmonização dos conflitos de interesses que atravessam a cúpula do Estado – finanças *versus* setor produtivo. Provavelmente, não foi nem será (a depender dos rumos da política econômica do governo atual) de todo infrutífero ao desenvolvimento, contudo é melhor não nutrir expectativas muito promissoras por este caminho preferencial, buscado pela ditadura militar com resultados positivos para o desenvolvimento econômico, não obstante no início dos anos 1980: “O Brasil, que já chocara as nações civilizadas ao manter a escravidão até finais do século XIX, voltara a assombrar a consciência moderna ao exibir a sociedade mais desigual do mundo” (MELLO e NOVAIS, 1998: 633)⁸.

2. O expansionismo brasileiro na América do Sul⁹

Uma dimensão relevante da política de incentivo aos campeões nacionais diz respeito à internacionalização econômica. Conforme os Rankings 2010 e 2011 da

7. À diferença da maior distribuição de renda nos governos Lula, no entanto com prioridade à redução da pobreza e não da desigualdade (SINGER, 2012). E não tem comparação os índices de investimentos do governo Geisel, por exemplo, com os dos governos Lula, sem esquecer que aqueles levariam à crise da dívida nos anos 1980.

8. Em outros textos já escrevemos sobre o expansionismo de empresas brasileiras pela América Latina, por isso faremos apenas comentários breves a respeito, com alguns dados recentes, com destaque para o Peru e Colômbia.

Fundação Dom Cabral¹⁰, o processo de internacionalização cresceu significativamente nos últimos anos, num movimento cujo marco seria a aquisição da canadense Inco pela Vale em 2006, além de significativas aquisições no exterior em 2008, por empresas como Gerdau, JBS/Friboi, Marfrig, Petrobras, Vale e Magnesita. E o BNDES, além de aquisições e/ou associações entre empresas, tem financiado as exportações de bens e serviços, fornecendo suporte aos projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos especialmente no setor de infraestrutura.

No Cone Sul, a Argentina é o país que mais recebeu investimentos/financiamentos e é onde a presença brasileira está mais diversificada, há 10 anos por volta de 60, hoje são mais de 250 empresas no país vizinho, em áreas desde recursos minerais/energéticos e obras de infraestrutura a calçados, alimentos, autopeças, produtos de beleza, com destaque às empresas Petrobras, Vale, Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez; já o JBS/Friboi tem enfrentado dificuldades, desfazendo-se de algumas unidades no país (*Valor Econômico*, 26/06/2012). Desde 2003, quando adquiriu o controle da Perez Compac (petrolífera argentina), a Petrobras vem incrementando sua presença na Argentina; sendo a produção e as reservas de petróleo e gás natural no país vizinho das mais relevantes fora do Brasil, contando ainda com uma rede ampla de distribuição de combustíveis. Em 2005, a Camargo Corrêa comprou a maior fábrica de cimento argentina, a Loma Negra; em 2010 a Votorantim, que já possuía ações da siderúrgica AcerBrag, adquiriu 50% da Cimentos Avellaneda; e a Vale vem investindo na exploração de Potássio, num projeto que envolve obras lideradas pela Odebrecht, que também tem participado em investimentos da Petrobrás e construção/ampliação de gasodutos financiados pelo Brasil. Mas os investimentos diretos brasileiros têm declinado, em função de oportunidades melhores em outros países e/ou esgotamento dessas na Argentina, mas também por desconfiança nos rumos da política econômica; da mesma forma caíram as importações de produtos brasileiros, devido à concorrência dos produtos chineses e medidas tomadas pelo governo argentino a fim de enfrentar desequilíbrios produzidos pelas assimetrias no comércio com o Brasil.

9. Disponíveis no site da Instituição: <http://www.fdc.org.br>.

Na Bolívia, da criação da Petrobras Bolívia S.A. às nacionalizações do governo Evo Morales, a estatal brasileira consolidou-se como a maior empresa em atividade no país, sendo que o nível de reservas de gás natural “(...) teve uma taxa de incremento anual da ordem de 31% entre 1997 e 2005. Em somente seis anos (até 2003), as reservas de gás natural passaram de 160 bilhões de m³ a 1550 bilhões de m³, uma relação de quase 10 vezes” (DÁVALOS, 2009: 318). Com os acordos assinados após nacionalizações, entre os governos Lula e Morales, foram alcançados preços e condições mais favoráveis aos bolivianos, cuja carência nos acordos anteriores levaria aos movimentos populares que resultaram na eleição de Evo Morales em 2005. Efetivamente, dos planos à construção do gasoduto Brasil-Bolívia, a tendência à exploração predominou sobre a cooperação, em prejuízo do Estado boliviano, a reversão do quadro é que permitiu à defesa do empreendimento: supriu uma carência energética brasileira proporcionando à Bolívia investimentos produtivos responsáveis pelo incremento notável das suas reservas de gás natural. Já o Brasil, apesar da redução nas margens de lucro, continua ganhando com sua presença no país, tanto que tem realizado novos investimentos.

A Petrobrás também é um grande produtor no Peru e tem avançado a presença de empresas brasileiras naquele país: em 2010, o investimento direto brasileiro foi de US\$ 1,014 bilhão, quase o triplo de 2008 (US\$ 492 milhões) e no primeiro trimestre de 2011, o BNDES teria emprestado US\$ 15,4 bilhões para empresas atuantes no Peru, “uma cifra maior que o total de investimento direto no Peru vindo de Espanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Holanda e Chile em 2010, que chegou a US\$ 14,621 bilhões” (*Gazeta do Povo*, 17/07/2011). A Vale explora recursos de fosfato, insumo para a produção de fertilizantes que serve ao abastecimento de agricultores no Brasil; a Votorantim comprou a maior produtora, refinaria, metalúrgica de zinco, e também a companhia mineira MinCo, que tem 66% das jazidas desse produto mineral; a Gerdau, em 2011, comprou a maior usina local produtora de aço e anunciou que pretende investir US\$ 120 milhões nos próximos três anos. Em 2010, foi assinado o acordo de integração energética Brasil-Peru, que prevê a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia peruana pela Eletrobras e empreiteiras brasileiras, com financiamentos do BNDES, embora a execução das obras esbarre na forte oposição de movimentos ambientalistas.

As construtoras brasileiras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa,

Queiroz Galvão, doadoras nas campanhas eleitorais peruanas, estão envolvidas em grandes projetos de infraestrutura. Metade da rodovia Interoceânica (ou estrada do Pacífico) foi construída por dois consórcios liderados por empresas brasileiras: o CONIRSA liderado pela Odebrecht e o INTERSUR, formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão. Os trechos construídos já estão operando e as empresas obtiveram 25 anos de concessão à administração da estrada. Recentemente também foi inaugurado energético produzido pela alta nos preços de commodities. Petrobras, Gerdau, Vale, Votorantim, Marcopolo, Queiroz Galvão, Odebrecht, EBX, Stefanini, Natura, Eurofarma são algumas das empresas brasileiras que fizeram investimentos no país. Investimentos em infraestrutura contam com a participação de construtoras do Brasil, por trás, claro, os financiamentos do BNDES, que, recentemente aprovou um financiamento de US\$ 90 milhões para a Scania exportar ônibus à Colômbia. Segundo Jorge Gerdau Johannpeter, a Colômbia é o país na América Latina com a melhor cultura pró-negócios, a Gerdau controla a maior siderúrgica local, a Diaco, e também a Cleary Holdings, que explora minas de carvão e exporta combustível para o Brasil. (*Isto é Dinheiro*, 11/08/2011) o primeiro trem elétrico de Lima, cuja construção ficou a cargo da Odebrecht e de uma empresa peruana. A empresa baiana participa de vários projetos no setor energético, portuário, petroquímico, irrigação e, recentemente, presenteou o país com uma imponente estátua de Jesus Cristo, de 21 metros de altura, 70 toneladas e que teria custado US\$ 1 milhão à Odebrecht, instalada em junho de 2011 sobre um monte a poucos metros do Oceano Pacífico seria vista por peruanos como um símbolo (para muitos, de mau gosto) da crescente influência comercial e política do Brasil sobre o Peru. (*Gazeta do Povo*, 17/07/2011).

Nos últimos cinco anos, empresários brasileiros também descobriram a Colômbia, atraídos pelo crescimento econômico articulado ao *boom* mineiro-Para Raul Zibechi:

(...) Colombia necesita a Brasil (...) porque su sobreexposición al comercio con Estados Unidos la coloca en pésima posición a corto plazo. Una ventaja adicional es que el comercio binacional es mayoritariamente de manufacturas, mientras el comercio Sur-Norte sigue siendo de materias primas. El 60% de las exportaciones de Colombia a Brasil son manufacturas mientras sólo el 22% de sus exportaciones totales pertenecen a ese rubro. PVC, aeronaves, neumáticos, laminados de hierro y acero suman 35% de las exportaciones de Colombia a Brasil. Pero el 80% de lo que Colombia importa de Brasil son también manufacturas: propileno, autos, alimentos procesados, laminados planos de acero, motores, aluminio y neumáticos entre los más destacados. En

suma, ambos ganan ya que consiguen un patrón comercial mejor superior a las exportaciones de *commodities*. (ZIBECHI, 2011)

No Chile, as obras do metrô de Santiago contaram com o “apoio” brasileiro e a Petrobras vem expandindo seus negócios no país. Na Venezuela, empresas brasileiras estão envolvidas em vários projetos de infraestrutura/construção civil, financiados com recursos do BNDES. No Uruguai, a Friboi e a Marfrig controlam grande parte das exportações de carne do país. No Paraguai, brasileiros controlam a produção de soja, sem falar na influência sobre Itaipu. No Equador, a presença da Petrobras é bastante relevante e conflitos já surgiram em torno da margem de lucro da empresa e dos serviços prestados pela Odebrecht ao país - a empresa foi acusada de irregularidades na construção de uma usina hidrelétrica (que teve de ser fechada depois de um ano de uso), além de denúncias de corrupção em disputas por obras públicas.

O expansionismo brasileiro pela América do Sul vem produzindo acusações de imperialismo ao Brasil, presentes em movimentos sociais, trabalhos acadêmicos e meios de comunicação. Não obstante, além de desproporcionais as acusações de país imperialista ao Brasil, as contradições do imperialismo têm recebido pouca atenção nas análises atuais sobre o expansionismo brasileiro, sendo curioso que se identifique, por exemplo, empreendimentos brasileiros na Bolívia ou Paraguai como exploração imperialista, mas sejam ignorados investimentos similares em Cuba ou mesmo Venezuela. Certamente, seria mais produtivo conceber práticas imperialistas brasileiras como a combinação mais ou menos equilibrada de exploração e dinamismo do crescimento econômico/desenvolvimento, pois é inegável que obras de infraestrutura em países vizinhos, financiadas pelo Brasil e tocadas por empresas brasileiras, têm efeitos positivos para a economia destes países, sendo que é mais fácil negociar/barganhar com um país sem grande poder de imposição (até o calote de dívidas é mais fácil).

Já as críticas aos investimentos no exterior – que poderiam ser direcionados aos investimentos/geração de empregos internamente – são rechaçadas sob o argumento de que os IBD no exterior são ao mesmo tempo investimentos no país, pois promovem exportações de serviços, equipamentos, insumos etc. É fato, mesmo assim a geração de empregos “fora” chama atenção – nos casos do JBS e Gerdau,

em torno de 60% e 45% respectivamente. No entanto, nos limites do padrão de acumulação “financeirizado” dominante nos governos Lula - orientado pelas metas de inflação, superávit primário, câmbio flexível e juros altos - a economia brasileira não teria como crescer contínua e animadamente, sendo a indústria de bens de consumo a mais afetada pelas vantagens das importações e seria pior sem os investimentos no estrangeiro. Agora é certo que o ideal seria concentrar energia e recursos à superação de problemas sociais e carências infraestruturais internas ou ao menos articular decisivamente o apoio ao expansionismo ao projeto de integração da infraestrutura sul-americana.

Se parece faltar um plano de desenvolvimento para o Brasil, para a América do Sul existe o projeto de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA, agora COSIPLAN), baseado num conjunto de obras organizado em torno de eixos de integração e desenvolvimento cujo objetivo seria criar/incrementar canais de intercâmbio e fluxo de mercadorias por meio da integração física entre os países da região (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela), com investimentos maciços em infraestrutura concentrados nos setores de transporte, energia e telecomunicações.

No final de 2011, a IIRSA foi transformada em Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN), a justificativa foi a de inversão de sentido, conforme João Mendes, do Itamaraty, o enfoque do COSIPLAN será diferente, ao invés de os corredores de exportação de insumos “para fora” da IIRSA, será privilegiado o “desenvolvimento interno” da região, com destaque à área de telecomunicações (*Folha de São Paulo*, 30/11/2011). Foi então aprovada a *Agenda de Projetos Prioritários de Integração* do COSIPLAN, com 31 obras consideradas prioritárias e estruturantes (dão suporte a outras) e uma estimativa de custos em torno de US\$ 21 bilhões, porém as fontes de financiamento não foram definidas e o fator financiamento foi identificado como a grande dificuldade à IIRSA.

Dos projetos estruturantes, onze são em território brasileiro e dez fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entretanto, se adotarmos os resultados da IIRSA como parâmetro para o que pode ocorrer no âmbito do Cosiplan, a avaliação de Raphael Padula não é animadora. Para o autor, a Iniciativa teria enfatizado pequenos projetos de transporte (mormente rodoviário) e abandonando a possibilidade de levar adiante empreendimentos mais estruturantes

para a integração regional:

(...) A IIRSA buscou facilitar e eleger projetos com capacidade de atrair o interesse privado e na sua concepção de planejamento não utilizou critérios para diferenciar (valorizar e priorizar) as obras com maiores impactos regionais. Concluímos que não fica claro qual foi a contribuição adicional da IIRSA à construção de obras de infraestrutura na região, visto que estas obras provavelmente já teriam suas motivações e viabilidade de financiamento e execução. Não foi estabelecida assim uma forma eficiente, dinâmica, sinérgica e indutora de transformação na infraestrutura de integração, na atividade diretamente produtiva, e nos espaços menos avançados, cuidando dos efeitos polarizadores. (PADULA, 2011: 25)

Sem dúvida, algumas obras no Brasil e região seriam executadas muito provavelmente sem a IIRSA - por exemplo, Belo Monte e Camisea no Peru, ambas contando com financiamentos do BNDES - e devem merecer boa parte da reação que despertaram devido aos danos socioambientais. Embora a Iniciativa pareça ter despertado críticas demais tendo em vista a modéstia dos resultados alcançados nos seus dez anos de existência (uma busca na internet e inúmeros trabalhos a respeito dão ideia da reação). Por sua vez, a inclusão do BNDES como fonte de financiamento, uma diferença para com o projeto IIRSA como concebido no governo FHC, mais atrelado ao BID, não parece ter resultado importante.

No governo Lula, o banco de fomento nacional foi formalmente incluído na Iniciativa, mas sobre a maioria das obras de infraestrutura em países sul-americanos, financiadas pelo BNDES, não se pode afirmar que estejam articuladas ao projeto de integração¹¹. Tudo aponta à ausência da orientação decidida na atuação do banco segundo um plano de desenvolvimento articulado ao projeto de integração regional, com os financiamentos obedecendo mais à lógica da acumulação privada que ao ideal de liderança brasileira na integração baseada na cooperação e complementaridade entre Estados sul-americanos. Claro que faltam recursos, as dificuldades financeiras são enormes, porém os recursos existentes poderiam ser disponibilizados de forma casada com projetos estruturantes de integração regional, tendo em vista o desenvolvimento por meio da coordenação política e cooperação econômica, com prioridade aos investimentos em

10.Sobre a participação das instituições financeiras envolvidas (BNDES, BID, CAF, FONPLATA) ver Simone Deos (2010) e especialmente Diego Nyko (2011).

infraestrutura, como defendeu Samuel Pinheiro Guimarães na carta de despedida ao posto de alto representante geral do Mercosul:

A infraestrutura é a base indispensável para a expansão da atividade produtiva e comercial e para a formação de mercados internos nacional e regional mais dinâmicos, capazes de absorver a mão de obra, de agregar valor e elevar o nível de renda e de desenvolvimento humano. A construção da infraestrutura e a geração de empregos são elementos fundamentais para a redução da pobreza e geração de empregos e para criar condições dignas de vida para a maioria da população a longo prazo. (GUIMARÃES, 2012)

Igualmente fundamental seria trabalhar pela redução/eliminação das assimetrias econômicas (e assaz difícil¹²). Para o embaixador, as assimetrias econômicas constituem a característica central do Mercosul, a fim combatê-las, defendeu a forte expansão dos recursos do Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM), pois os recursos disponíveis ainda seriam insuficientes à execução de um “programa mínimo de recuperação e de construção das infraestruturas físicas”. E fortalecer o Mercosul - incluindo Venezuela, Equador, Bolívia, Suriname e Guiana - seria mais interessante que apostar na Unasul, na medida em que o Chile, Colômbia e Peru adotaram acordos comerciais internacionais que, segundo Guimarães, “dificultam e até impossibilitam a construção de políticas regionais de promoção do desenvolvimento”.

Não obstante o projeto de integração da infraestrutura está concentrado no Cosiplan/Unasul e parece que Guimarães propõe que o Mercosul vá incorporando os países da Unasul à exceção do Chile, Colômbia e Peru, o que não teria muito sentido tendo em vista o objetivo de construção da saída para o Pacífico. Ademais, o projeto de integração infraestrutural não se choca necessariamente com os acordos de livre comércio com os EUA ou China e, avançando a integração regional, estes podem ser abandonados.

Quanto às dificuldades financeiras, documento recente da CEPAL, *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*, parece enxergar bonança no

11. Um bom texto sobre integração regional com destaque ao problema das assimetrias econômicas é o de Pedro Paulo Z. Bastos, 2012.

estreitamento da parceria com a China, que “vem modificando o mapa da economia mundial”:

El impetuoso crecimiento chino se expresa en una activa demanda de materias primas y recursos naturales, que en muchos casos provienen de países de América Latina y el Caribe. Desde la pasada década, el comercio de China con la región viene creciendo a tasas muy elevadas y en pocos años dicho país se ha convertido en un actor central de su comercio exterior, lo que ha favorecido el crecimiento de los países exportadores de materias primas de la región.

En consecuencia, las condiciones están dadas para aprovechar esta oportunidad histórica, para abordar los desafíos de infraestructura, innovación y recursos humanos y traducir la renta de los recursos naturales en formas variadas de capital humano, físico e institucional, que permitan elevar los niveles de productividad y competitividad y diversificar las exportaciones. Un desafío complementario de gran importancia es procurar mayores niveles de inversión extranjera directa de China en la región, especialmente dirigida a mejorar la infraestructura, promover la diversificación exportadora y estimular alianzas empresariales sino-latinoamericanas. Para ello es necesario trabajar en una aproximación estratégica de la región hacia China y Asia oriental y sudoriental que supere las limitaciones propias de los esfuerzos nacionales que han prevalecido hasta ahora. (ROSALES et al, 2012, p.03)

No site da Instituição é possível encontrar um balanço da visita do 1º ministro chinês, quando foi lançado o documento e Wen Jiabao “dirigió desde la sede del organismo un mensaje a la región latinoamericana y caribeña”¹³. No que interessa, foi anunciada a criação de um fundo de cooperação dotado inicialmente de 5.000 milhões de dólares destinado, entre outras coisas, ao desenvolvimento da indústria manufatureira e mais uma linha de crédito do Banco da China de 10.000 milhões, para impulsionar a integração infraestrutural. O 1º Ministro teria salientado que a China não persegue o superávit com a região e que pretende aumentar no futuro a importação de produtos de maior valor agregado, prometendo incrementar a amizade por meio do respeito mútuo e da convivência pacífica entre China e América Latina/Caribe. Teria concluído citando um ditado chileno “Los amigos son como las estrellas, están lejos pero se ven”.

Em coerência com afirmações anteriores sobre o imperialismo brasileiro na região (menos mal na medida em que o país tem poder de imposição menor¹⁴), não seria possível considerações muito negativas ao entusiasmo acrítico de representantes da Cepal para com a China. Afinal, eis a história do capitalismo na

12.Raúl Zibechi (2012) escreveu a respeito, comentando a carta de Samuel Pinheiro.

13.Embora não seja bem este o caso chinês, inclusive tendo em conta o “casamento” China-EUA.

América do Sul: tentativas de aproveitamento das oportunidades abertas pelo processo de acumulação mundial, pelas vias de menor resistência, recorrendo ao “amigo estrangeiro” e evitando conflitos mais agudos internamente. Uns mais outros menos, sempre se pôde avançar no desenvolvimento das forças produtivas por esse caminho, mas sem que nenhum país se aproximasse dos padrões de vida das economias desenvolvidas. O Brasil, como ilustrado no início deste texto, foi na região o país que no século passado conseguiu ir mais longe; neste século, provavelmente poderá reafirmar a dianteira e, quem sabe, desta vez, assombrando menos a consciência moderna (com a China?).

3. CONCLUSÃO

A atuação do BNDES durante os governos Lula é bastante controversa da perspectiva “desenvolvimentista”, a política de incentivo às empresas “campeãs nacionais” é questionável desde as suas escolhas ao desvio de recursos que seriam mais produtivos se aplicados na superação de carências infraestruturais e sociais internas. Quanto ao projeto de integração regional, não parece ter sido relevante a participação do Banco para os investimentos realizados no âmbito da IIRSA. E ninguém discordaria da produtividade de se ampliar as exportações e relações comerciais na região por meio do projeto de integração da infraestrutura, desde que executado com responsabilidade socioambiental.

Aproveitar oportunidades abertas pela ascensão asiática às exportações de commodities é acertado, mas desnecessário salientar que o dinamismo urbano-industrial da economia brasileira é crucial à dimensão territorial e populacional do país. Ou seja, o Brasil não pode embarcar na reespecialização produtiva, nem deveria ignorar a importância da integração física, nacional e sul-americana, à conquista de posições internacionais mais destacadas. E tem mais sentido financiar infraestrutura regional do que a política de estímulo às campeãs nacionais, ao menos restam investimentos infraestruturais para a região. Sendo o projeto de integração física regional positivo até pelo embate político que estimula (a “luta de classes”), além de condição de maior resistência às influências externas e estímulo aos avanços da integração no sentido político-institucional defendido por partidários

do Mercosul. A origem dos recursos e o como serão utilizados fará toda diferença e seria importante evitar controles “desde fora” (além da demanda), impedindo a participação majoritária do capital estrangeiro. Agora, é tudo muito incerto, a capacidade de liderança do Brasil e, fundamentalmente, o foco na distribuição de renda como destino principal dos recursos advindos das exportações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlio Sérgio G. e BELLUZZO, Luiz Gonzaga (2012). “**A importância da Indústria**”. Publicado no site da *Carta Maior*. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19913, acesso em 23/07/2012.

ALMEIDA, Mansueto (2011). **O Novo Estado Desenvolvimentista e o Governo Lula**. *Economia & Tecnologia*, Ano 07, Volume Especial, 2011. Disponível em http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/boletim/indices/volume_especial_2011.html, acesso em 23/07/2012.

_____ (2012). **Entrevista publicada na Plataforma BNDES**. Disponível em <http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/noticias/297-economista-do-ipea-mansueto-de-almeida-sugere-que-o-banco-publico-faca-seu-papel-no-desenvolvimento-social-do-pais>, acesso em 23/07/2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (2012). **A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. Publicado no site do Observatório da Economia Global**. Campinas, IE-UNICAMP. Textos Avulsos, nº10, abril de 2012. Disponível em http://www.ieecon.net/arquivos/OBSERVATORIO_10.pdf, acesso em 23/07/2012.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga (2012). **A Ásia do sucesso à crise de 1997. Jornal Valor Econômico**, 07/02/2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/impreso/opiniao/asia-do-sucesso-crise-de-1997>, acesso em 23/07/2012.

CECEÑA, Ana Esther (2009). “**Camino y agentes del saqueo en América Latina**”, Publicado no Observatorio Latinoamericano de Geopolítica. Disponível em <http://www.geopolitica.ws/article/caminos-y-agentes-del-saqueo-en-america-latina/>, acesso em 23/07/2012.

CHIBBER, Vivek (2005). **¿Reviviendo el estado desarrollista?: el mito de la "burguesía nacional". In Socialist Register 2005: el imperio recargado**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2005/social.html>, acesso em 23/07/2012.

COUTINHO, Luciano (2011). **Entrevista, revista Veja**, 24/07/2011. Disponível em

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Galeria_Arquivos/Coutinho_VEJA_240711.pdf, acesso em 23/07/2012.

DÁVALOS, Victorio Enrique Oxilia (2009). **Raízes socioeconômicas da integração energética na América do Sul: análise dos projetos Itaipu Binacional, Gasbol, Gasandes**. São Paulo: PPGE/USP, 2009. Tese de Doutorado. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-16082010-184420/es.php>, acesso em 23/07/2012.

DEOS, Simone S de e WEGNER, Rubia (2010). **Cooperação financeira e o financiamento da infraestrutura na América do Sul**. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, 2010. Disponível em <http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/226/140>, acesso em 23/07/2012.

DIAS, José L.(1996), **“O BNDE e o Plano de Metas (1956/61)”**. Publicação do BNDES. Disponível em http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/boletim/indices/volume_especial_2011.html, acesso em 23/07/2012.

EVANS, Peter (1998). **Alternativas al Estado desarrollista. Lecciones de la crisis de Asia oriental**. *Nueva Sociedad*, n 155, mayo-junio 1998. Disponível em http://www.nuso.org/upload/articulos/2688_1.pdf, acesso em 23/07/2012.

GUIMARAES, Samuel Pinheiro (2012). **Relatório ao Conselho de Ministros**, junho de 2012. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoeseseeventos/relatorio-ao-conselho-de-ministros>, acesso em 23/07/2012.

Jornal *O Estado de São Paulo* (2011). **Empresa que elege mais políticos recebe mais recursos do BNDES**, 11/12/2011. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,empresa-que-elege-mais-politicos--recebe-mais-recursos-do-bndes-,809497,0.htm>, acesso em 23/07/2012.

Jornal *Folha de São Paulo* (2011). **América do Sul relança projetos de infraestrutura**, 30/11/2011. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/11/30/10/>, acesso em 23/07/2012.

Jornal *Gazeta do Povo* (2011). **Brasil aumenta presença no Peru**, 17/07/2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1148006>, acesso em 23/07/2012.

Jornal *O Globo* (2011). **BNDES realiza grandes empréstimos para pequenos avanços**, 17/12/2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/bndes-realiza-grandes-emprestimos-para-pequenos-avancos-3471167>, acesso em 23/07/2012.

Jornal *Valor Econômico* (2012). **JBS ainda busca 'soluções' para seguir na Argentina**, 26/06/2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/2728058/jbs-ainda-busca-solucoes-para-seguir->

na-argentina#ixzz21SNQ5NnZ, acesso em 23/07/2012.

Jornal *Valor Econômico* (2012). **BNDES perderia R\$ 2,6 bi se deixasse frigoríficos**, 20/07/2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/2758654/bndes-perderia-r-26-bi-se-deixasse-frigorificos#ixzz21SDEsTOY>, acesso em 23/07/2012.

LESSA, Carlos (2012). **Um risco geopolítico**. *Valor Econômico*, 09/05/2012. Disponível em <http://www.portalvalor.com.br/opiniaio/2650892/risco-geopolitico>, acesso em 23/07/2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de e Fernando Novais (1998). **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Unesp/Facamp, 2009. In NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lília M. (orgs.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4.

NYKO, Diego (2011). **Integração regional, cooperação financeira e a atuação do BNDES na América do Sul no período recente**. Campinas/SP: IE-UNICAMP, 2011. Dissertação de Mestrado. Disponível em http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/boletim/indices/volume_especial_2011.html, acesso em 23/07/2012.

PADULA, Raphael (2011). **Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA**. Publicado no site do Laboratório de Estudos da América Latina. Disponível em <http://leal-ufrrj.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infraestrutura-geopolitica-e.html>, acesso em 23/07/2012.

Revista *Época* (2011). **Dilma diminuiu estímulo aos campeões nacionais**, 12/12/2011. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT284129-16356,00.htm>, acesso em 23/07/2012.

Revista *Isto é Dinheiro* (2011). **Colômbia uma mina de oportunidades**, 11/08/2011. Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/62850_COLOMBIA+UMA+MINA+DE+OPORTUNIDADES, acesso em 23/07/2012.

Revista *Isto é Dinheiro* (2011). **A aposta do JBS no papel**, 10/06/2011. Disponível em http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/59474_A+APOSTA+DO+JBS+NO+PAPEL, acesso em 23/07/2012.

Revista *Isto é Dinheiro* (2012). **O sócio da infraestrutura**, 10/02/2012. Disponível em http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/77962_O+SOCIO+DA+INFRAESTRUTURA, acesso em 23/07/2012.

Revista *Piauí* (2010). **O desenvolvimentista**, out. 2010. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-49/vultos-da-republica/o->

desenvolvimentista, acesso em 23/07/2012.

ROSALES, Osvaldo et al (2012). ***La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global.*** Publicado no site da CEPAL. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/47221/Dialogoycooperacion-ChinaWEB.pdf>, acesso em 23/07/2012.

SAUER, Ildo (2011). **Entrevista Revista da ADUSP**, out. de 2011. Disponível em <http://www.adusp.org.br/files/revistas/51/r51a01.pdf>, acesso em 23/07/2012.

SINGER, André. ***Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZIBECHI, Raúl (2011). **Brasil-Colômbia: Uma aliança imprevista.** Publicado no site *Rebellion.org*. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=138825>, acesso em 23/07/2012.

_____ (2012) **Un dragón en el patio trasero.** Publicado no site *Rebellion.org*. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=152628>, acesso em 23/07/2012.